



CONTRATO CECS Nº 0016/2022



CONSÓRCIO ENERGÉTICO
CRUZEIRO DO SUL
UHE GOVERNADOR JAYME CANET JÚNIOR

CONTRATO CECS Nº 0016/2022

OBJETO: Serviços de Certificação de Georreferenciamento de propriedades, com área igual ou maior que 100 ha (cem hectares), que foram objeto de desapropriação, total ou parcial, para implantação da Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Junior (UHE GJC), sob concessão das consorciadas que formam o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, com necessidade atual de (re)certificação do georreferenciamento, junto ao INCRA, conforme Termo de Referência, Anexo 1 do Edital.

FORNECEDOR: J. CARLOS LENIAR ENGENHARIA CIVIL E TOPOGRAFIA LIMITADA
(Geosig Engenharia Civil e Topografia)
Telefone: (42) 99987-4822
e-mail: jc_florest@outlook.com
Contato: Sr. João Carlos Leniar



CONSÓRCIO ENERGÉTICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

CONSÓRCIO ENERGÉTICO CRUZEIRO DO SUL - CECS, constituído conforme Contrato de Constituição de Consórcio registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.587.195/0001-20, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua Comendador Araújo, 143, 19º andar, em prol das consorciadas **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S. A.**, sociedade por ações, subsidiária integral da **Companhia Paranaense de Energia – COPEL**, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua José Izidoro Biazetto, 158, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 04.370.282/0001-70, e **Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil – Eletrobrás CGT Eletrosul**, doravante denominada **CGT Eletrosul**, concessionária de serviços de energia elétrica, com sede em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, bairro Pantanal, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 02.016.507/0001-69, neste ato representado por seu Superintendente Geral **Sr. Luiz Fernando Prates de Oliveira**, portador da Cédula de Identidade nº 3.484.845-9 SSP/PR., inscrito no CPF/MF sob o nº 547.169.189-04 e por seu Superintendente Administrativo/Financeiro **Sr. Luiz Carlos Bubiniak**, portador da Cédula de Identidade nº. 3.441.277-4 SSP PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 549.352.459-72, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** ou **CECS**, e **J. CARLOS LENIAR ENGENHARIA CIVIL E TOPOGRAFIA LIMITADA** (Geosig Engenharia Civil e Topografia), situada na Rua TV Monjoleiro, 88, Parque Limeira – Area 1, Telemaco Borba, Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 23.443.192/0001-79, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada como ao final assinado, têm entre si acordado o presente Contrato para a realização dos serviços objeto da Cláusula I, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

Cláusula I – OBJETO

Constitui objeto do presente Edital a contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de Certificação de Georreferenciamento de propriedades, com área igual ou maior que 100 ha (cem hectares), que foram objeto de desapropriação, total ou parcial, para implantação da Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Junior (UHE GJC), sob concessão das consorciadas que formam o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, com necessidade atual de (re)certificação do georreferenciamento, junto ao INCRA, conforme Termo de Referência, Anexo 1 do Edital.

A caracterização geral do objeto contratual apresentada nesta CLÁUSULA não limita, de forma alguma, a responsabilidade da **CONTRATADA** em executar todos os serviços, requeridos pelos **DOCUMENTOS DE CONTRATO**, de forma a se obter um perfeito desempenho de todo o objeto contratado.

3. Este **CONTRATO** é decorrente Pregão Eletrônico CECS nº 00008/2022.

Cláusula II – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

- Fazem parte Integrante do presente **CONTRATO**, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:
 - Lista de Preços (Anexo 2 do Edital);
 - Termo de Referência (Anexo 1 do Edital);
 - Termo de Adesão (Carta Correntista) das Consorciadas.
- Tais documentos terão validade independentemente de transcrição, salvo no que, eventualmente,



CONSÓRCIO ENERGÉTICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

conflitarem com os termos deste **CONTRATO**, caso em que prevalecerão as estipulações constantes do instrumento contratual.

3. Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações do **CECS** e da **CONTRATADA**.
4. Os textos dos **DOCUMENTOS DE CONTRATO** são correlatos, remissivos e complementares, e a execução de qualquer serviço, eventualmente indicado em somente um deles, poderá vir a ser exigida, a critério do **CECS**, como se constasse de todos.
5. O deslocamento, a omissão e/ou a adição de letras ou sinais não poderão alterar a intenção dos textos impressos, que nos **DOCUMENTOS DE CONTRATO** serão considerados como um todo e não isoladamente.
6. As expressões "a custa da **CONTRATADA**", "por conta da **CONTRATADA**", "sem ônus para o **CECS**" e outras semelhantes, significam que pelo **CECS** nada será pago por tais serviços, os quais estão incluídos nos Preços Unitários e Totais, indicados nos **DOCUMENTOS DE CONTRATO**.
7. No caso de surgir qualquer ambiguidade ou dúvida na interpretação dos textos dos **DOCUMENTOS DE CONTRATO**, ou qualquer discrepância entre as diferentes partes de qualquer deles, ou se a **CONTRATADA** encontrar erros ou omissões, deverá comunicar o fato imediatamente, por escrito, ao **CECS**, antes da execução da parte dos serviços atingidos.
8. O **CECS**, por escrito, enviará as instruções ou interpretações necessárias para dirimir as ambiguidades, dúvidas ou discrepâncias porventura existentes.

CLÁUSULA III - PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

1. O prazo de vigência do presente **CONTRATO** é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura.
2. O prazo de execução dos serviços é de 15 (quinze) meses, contados a partir da assinatura do **CONTRATO**.
3. Os prazos de execução e de vigência, poderão ser prorrogados, durante a vigência contratual, com aquiescência do **CECS** e da **CONTRATADA**, por decisão do agente de fiscalização, por meio de Apostilamento.
4. A gestão do presente **CONTRATO** será realizado pelo profissional abaixo designado:

Gestor: Filipe Mamedes Campanholi - Matrícula 51189
Email: filipe.campanholi@copel.com – Telefone: (41) 3028-4300

Suplente: Dulcineia Betim Caetano - Matrícula 47754
Email: dulcineia.caetano@copel.com – Telefone: (41) 3028-4300

5. A **CONTRATADA** designará formalmente o seu Gestor do Contrato, o qual deverá ter vínculo empregatício com a mesma ou ter participação societária, devendo conferir-lhe todos os poderes necessários para o exercício de suas funções. A **CONTRATADA** será responsável por todos os atos e decisões do Gestor do Contrato.



CONSÓRCIO ENERGÉTICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

CLÁUSULA IV – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 81 da Lei 13.303/2016 e em consonância o item 10.2 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da consorciada COPEL GeT.

CLÁUSULA V – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

1. O **CECS** poderá, a qualquer tempo, suspender a execução em parte ou total dos serviços, desde que notifique por escrito à **CONTRATADA**, sobre a ocorrência de um dos eventos a seguir relacionados, sem a eles se limitar:

- 1.1 descumprimento de qualquer uma das disposições dos **DOCUMENTOS DE CONTRATO** que determina a execução do objeto do **CONTRATO**;
- 1.2 cometimento de faltas, erros, omissões ou ações com desídia na execução dos serviços;
- 1.3 recusa em acatar as ordens do **CECS**;
- 1.4 conduta inconveniente de qualquer profissional da **CONTRATADA** ou de suas subcontratadas;
- 1.5 constatação da má qualidade dos serviços prestados

2. Se a **CONTRATADA** não tomar as devidas providências para sanar as falhas que deram causa à suspensão dos serviços, o **CONTRATO** poderá ser rescindido, aplicando-se o disposto na **CLÁUSULA XXV – RESCISÃO DO CONTRATO**.

3. Nos casos de suspensão por mais de 15 (quinze) dias, além das despesas realmente efetuadas e devidamente comprovadas que, a critério do CECS, sejam decorrentes da interrupção, serão incluídas na medição intermediária que ocorrer, os serviços executados até a interrupção, a não ser que a suspensão tenha sido originada em decorrência de qualquer dos eventos descritos no item 1 desta Cláusula.

CLÁUSULA VI – PREÇOS

1. Pelos serviços objeto deste **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 334.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil reais)**, conforme Lista de Preços, Anexo 2 do Edital.

2. Os recursos destinados a este **CONTRATO** estão previstos no Orçamento Anual do CECS, identificados no Plano de Contas Contábil da seguinte forma: COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S. A. - Custeio sob a rubrica CS030090 e ELETROBRAS CGT ELETROSUL - Custeio sob a rubrica 4121025001.

3. Quaisquer tributos criados, alterados ou extintos, após a assinatura deste instrumento, cuja base de cálculo seja o preço contratado, implicarão na revisão dos preços, em igual medida, para mais ou para menos, conforme o caso.

4. Nos preços já estão incluídos mão-de-obra, com planejamento e execução dos serviços, materiais, equipamentos (inclusive Equipamentos de Segurança para acesso as dependências do empreendimento), mobilização, desmobilização, despesas de viagens, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, lucros, tributos e demais encargos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução dos



CONSORCIO ENERGETICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

serviços contratados.

5. É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatadas em sua **PROPOSTA**.

6. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste **CONTRATO**, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VII – REAJUSTE

Os preços constantes do presente **CONTRATO** são firmes e irrevogáveis por um período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da Proposta, e, transcorrido este prazo, os preços estabelecidos neste instrumento poderão ser reajustados, anualmente, pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, tomando-se como base o mês anterior ao da apresentação da Proposta.

CLÁUSULA VIII - FATURAMENTO

A **CONTRATADA** apresentará ao **CECS** a Nota Fiscal de Prestação de Serviços, adequada e corretamente emitida em nome do **CECS**, conforme abaixo indicado, **sob protocolo**, na sede do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS:

CONSORCIO ENERGETICO CRUZEIRO DO SUL

Rua Comendador Araujo, 143 – 19º andar

CNPJ/MF: 08.587.195/0001-20

Inscrição Estadual: 90.451.429-20

CURITIBA – PARANÁ

CEP: 80.420-000

ou encaminhadas para o endereço eletrônico do CECS: nf.eletronica@usinamaua.com.br

Observações:

1. A(s) Nota(s) Fiscal(is) de Prestação de Serviços, deverá(ão) ser emitida(s) pela **CONTRATADA** e apresentada(s) no **CECS** para protocolo, impreterivelmente, até o dia 20 (vinte) do mês de sua emissão, para possibilitar a retenção e recolhimento dos respectivos impostos, encargos e contribuições, dentro do(s) vencimento(s). Caso não seja possível, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida no mês subsequente, de maneira a atender referida exigência.

§ 1º O faturamento dos serviços será feito da seguinte forma:

- Os documentos de cobrança relativos à execução dos serviços deverão ser emitidos pela **CONTRATADA** para o **CECS**, conforme estabelecido na CLÁUSULA IX – PAGAMENTO.
- Não serão aceitos documentos de cobrança emitidos por subcontratadas ou terceiros, contra o **CECS**.



CONSÓRCIO ENERGÉTICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

- c) Os documentos de cobrança deverão ser emitidos por seus valores globais, de acordo com a autorização emitida, devendo discriminar nos mesmos, os seguintes dados:
- I) Os serviços executados;
 - II) Número do **CONTRATO**;
 - III) Boletim de Medição;
 - IV) No corpo da Nota Fiscal ou no espaço de observações, colocar os seguintes dizeres:
 - COPEL Geração e Transmissão S.A.: 51%;
 - CGT ELETROSUL S.A.: 49%.

4. O **CECS** reserva-se o direito de descontar do faturamento, os débitos da **CONTRATADA**, as multas previstas na CLÁUSULA X – PENALIDADES, deste **CONTRATO** e outras despesas devidas, de sua responsabilidade, que eventualmente venham a ocorrer.

5. Com relação ao Imposto sobre Serviços - ISS, o **CECS** adotará o determinado pela Lei Complementar nº 116/2003 e, no que couber, também a legislação municipal vigente no Município onde o serviço será executado.

6. A **CONTRATADA** deverá discriminar na nota fiscal, **quando aplicável**, a alíquota para o Imposto sobre Serviços – ISS exigida nos termos da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

7. A **CONTRATADA** deverá detalhar o(s) tributo(s) incidente(s) e respectiva(s) alíquota(s).

8. Caso seja constatada alguma irregularidade na fatura emitida pela **CONTRATADA** ou nos documentos que a integram, esta será devolvida para as devidas correções.

9. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverão obedecer ao acima descrito, sob pena de ser(em) devolvida(s) para as devidas correções.

1º Caso a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) seja(m) devolvida(s) para correção, considerar-se-á a data do último protocolo para efeito de prazo para pagamento.

2º A **CONTRATADA** deverá constar na Nota Fiscal/Fatura o endereço mencionado acima.

CLÁUSULA IX – PAGAMENTOS

1. Os documentos de cobrança deverão ser enviados pela **CONTRATADA**, em 01 (uma) via original, para processamento e providências do pagamento, ao seguinte endereço:

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS.

Superintendência Administrativa – Financeira

Rua Comendador Araújo, 143 – 19º andar

CEP 80420-000 – Curitiba – PR

ou encaminhadas para o endereço eletrônico do CECS: nf.eletronica@usina-maua.com.br

2. Os pagamentos dos documentos de cobrança serão efetuados pelas Consorciadas COPEL e CGT ELETROSUL, através de crédito em conta corrente, constante no Termo de Adesão da CGT Eletrosul e Cadastro Correntista da Copel, anexos deste instrumento contratual, em **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de

CONTRATO CECS Nº 0016/2022

protocolo do documento de cobrança no escritório do **CECS**, conforme endereço acima.

- 2.1 Ocorrendo o vencimento da obrigação no sábado, domingo ou feriado, este postergar-se-á para o próximo dia útil.
- 2.2 Considerando que o pagamento do preço contratado será feito mediante crédito em conta corrente, é vedado à **CONTRATADA** a emissão de duplicata e/ou boleto para circulação. O descumprimento desta obrigação sujeitará a **CONTRATADA** ao pagamento de multa equivalente a 10% sobre o valor faturado, a qual será descontada do pagamento subsequente ou cobrada mediante Fatura, após prévia notificação, observado o disposto na **CLÁUSULA X – PENALIDADES**.
- 2.3 O **CECS** não reembolsará, em hipótese alguma, tributos indevidamente calculados, multas fiscais e demais acréscimos tributários.

3. As contribuições ao INSS serão retidas pelo **CECS**, em nome da **CONTRATADA**, quando aplicável, em conformidade com a Lei nº 9.711, de 20/11/98, e seu valor destacado na nota fiscal ou nota fiscal-fatura de prestação de serviços.

4. É obrigatória a apresentação ao **CECS**, juntamente com os documentos de cobrança, das provas de Regularidade Fiscal, dentro do seu prazo de validade, de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo, sem os quais os documentos de cobrança não serão aceitos;

- Prova de regularidade para com a Seguridade Social, através da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

5. As validades das certidões de regularidades acima elencadas deverão estar vigentes para a data do pagamento. Caso, alguma certidão expire seu prazo de validade antes da data prevista para pagamento, a **CONTRATADA** deverá substituí-la de imediato, se isso não ocorrer o pagamento ficará retido até a apresentação da respectiva certidão.

6. O **CECS** não pagará compensação monetária pelo prazo de pagamento.

7. O **CECS** não se responsabiliza pelo ressarcimento de quaisquer multas, correção monetária, penalidades, juros e outras despesas resultantes da não observância de obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA X – PENALIDADES

1. As sanções administrativas devem ser aplicadas à **CONTRATADA**, conforme preceituado no item 11 do Regulamento de Licitações e Contratos da consorciada Copel GeT.

2. Pela inexecução total ou parcial do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com o processo administrativo preceituado no item 11 do Regulamento de Licitações e Contratos da consorciada Copel GeT, aplicar à **CONTRATADA** as sanções de advertência ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** por prazo não superior a 2 (dois)



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

anos, que podem ser cumuladas com multa.

3. Em caso de não cumprimento dos prazos estabelecidos na CLÁUSULA III deste **CONTRATO**, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento de multa diária correspondente a 0,15%, não capitalizável, sobre o valor do **CONTRATO**, até o seu efetivo cumprimento, contada da data do inadimplemento.

4. No caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações da **CONTRATADA**, que não relativas ao Prazo de Execução, previstas neste **CONTRATO**, a **CONTRATANTE**, através de seu Gestor de Contrato, notificará a **CONTRATADA** para que cumpra a obrigação inadimplida, no prazo máximo estipulado na notificação. Não havendo a regularização dentro do prazo estipulado, a **CONTRATADA** ficará sujeita à retenção diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**. Caso a inadimplência seja regularizada em até 15 (quinze) dias depois de transcorrido o prazo dado na notificação, o valor retido, sem qualquer reajuste, será devolvido na medição seguinte. Caso a inadimplência não seja regularizada em até 15 (quinze) dias depois de transcorrido o prazo inicial dado na notificação, as retenções efetuadas serão definitivamente retidas, a título de multa.

5. As multas e retenções referidas nos itens 3 e 4 desta CLÁUSULA, não deverão exceder a 10% (dez por cento) do valor total do **CONTRATO**, e poderão ser descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento perante a **CONTRATANTE**, e dos que se seguirem, se for o caso, reservando-se à **CONTRATADA** o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito. No caso de os valores das multas superar 10% (dez por cento) do valor total do **CONTRATO**, o mesmo poderá ser rescindido conforme **CLÁUSULA XXV – RESCISÃO DE CONTRATO**, deste **CONTRATO**.

6. Caso, por motivo de sua responsabilidade, a **CONTRATADA** não possa concluir os serviços de acordo com as condições contratuais estabelecidas, estará sujeita à multa penal no valor de 10% (dez por cento) do valor total das etapas não concluídas do **CONTRATO**, sem prejuízo das punições já aplicadas anteriormente, em relação a este **CONTRATO**.

7. As penalidades estabelecidas nesta CLÁUSULA não excluem outras previstas no **CONTRATO**, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que resultarem ao **CECS** ou a qualquer de suas consorciadas, em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

8. A(s) multa(s) aplicada(s) será(ão) objeto de anotação no registro cadastral da **CONTRATADA**, influenciando na habilitação para futuras contratações.

9. Por inexecução total ou parcial deste **CONTRATO**, a **CONTRATADA** será suspensa de participação em licitações no âmbito do **CECS** e das empresas consorciadas.

10. Os motivos de casos fortuitos ou de força maior deverão ser devidamente comunicados ao **CECS** e comprovados dentro de 05 (cinco) dias úteis a partir de sua ocorrência, para que possam ser analisados e considerados válidos, a critério do **CECS**.

11. Caso o montante das multas aplicadas ultrapasse 10% (dez por cento) do preço do Contrato, a **CONTRATANTE** se reserva no direito de rescindi-lo, aplicando o disposto na **CLÁUSULA XXV – RESCISÃO DE CONTRATO**, sem prejuízo de outras sanções previstas no Contrato.

12. Compensatória, pelo descumprimento total do Contrato, no montante de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, sem prejuízo das penalidades aplicadas anteriormente.



CONSORCIO ENERGETICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

13. As multas moratória e compensatória são independentes, sendo os limites acima estipulados calculados em separado para cada uma delas.

14. As multas estabelecidas nesta CLÁUSULA serão aplicadas ressalvada a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais prejuízos excedentes, nos termos do artigo 416, parágrafo único, da Lei nº 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil Brasileiro), cujo valor será apurado em ação própria e na fase processual adequada, caso não haja consenso entre as partes.

15. Multa de até 12% (doze por cento) sobre o Valor Global estimado do Contrato, pelo descumprimento da Cláusula de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, sem prejuízo de responsabilização disposta no §2º da referida Cláusula.

CLÁUSULA XI - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

1. Obriga-se a **CONTRATADA** a cumprir e fazer cumprir, inclusive a sua(s) subcontratada(s), a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho, em especial as disposições da NR 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho - SESMT, exigências de Técnicos de Segurança do Trabalho e outras providências; NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, a Empresa é obrigada a fornecer aos profissionais, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento e outras providências; NR 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); NR 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, da Portaria 3.214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, sob pena de suspensão dos serviços e sem exoneração de culpa da **CONTRATADA**, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Instrumento Contratual.

2. Durante a execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá, necessariamente, cumprir o disposto nas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, da Portaria nº. 3.214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

3. A **CONTRATADA** deverá acatar todas as recomendações emanadas dos órgãos responsáveis pela fiscalização e manutenção da Saúde Pública na área de execução dos serviços.

4. A **CONTRATADA** deverá acatar e fazer com que seus profissionais e de suas subcontratadas respeitem as "**INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA**".

CLÁUSULA XII - TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

Este **CONTRATO** não poderá ser oferecido como objeto de penhor, garantia de crédito ou transferido de qualquer forma, no seu todo ou em parte.

CLÁUSULA XIII - GARANTIA

1. A **CONTRATADA** garante que os serviços serão executados, em perfeito acordo com os **DOCUMENTOS DE CONTRATO**. A **CONTRATADA** deverá a qualquer tempo, quando notificada pelo **CECS**, efetuar,



CONSORCIO ENERGETICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

prontamente, revisões, reparos ou refazer o serviço se for o caso, por sua conta e a contento do **CECS** de todos os defeitos, imperfeições ou outras falhas encontradas ou que venham a ocorrer durante o período de vigência deste Contrato.

2. A **CONTRATADA** responderá, ainda, pelos custos diretos de reparação dos SERVIÇOS objeto deste **CONTRATO** que vierem a ser incorridos pelo **CECS** na hipótese de a **CONTRATADA** recusar-se formalmente ou deixar de atender injustificadamente a demanda de repará-los.

CLÁUSULA XIV - LEIS E REGULAMENTOS

1. As leis brasileiras prevalecerão na interpretação, validade e aplicação deste **CONTRATO**.

2. A **CONTRATADA** será responsável e indenizará o **CECS** e seus agentes representantes por quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus empregados. À **CONTRATADA** serão debitadas todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento à lei, relativos à prestação dos serviços.

3. Aplica-se ao presente **CONTRATO**, bem como aos casos omissos, o disposto na Lei nº 13.303/2016 de 30.06.2016, na Lei Complementar nº 123 de 12/12/2006, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Consorciada COPEL GeT (disponíveis no Portal da Transparência do site http://www.usinamaua.com.br/portal_da_transparencia), bem como os dispositivos da Lei Estadual do Paraná nº 15.608/07, no que couber.

CLÁUSULA XV - SEGUROS

1. A **CONTRATADA** é responsável pelos seguros de seu pessoal, material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste **CONTRATO**.

2. A cobertura de seguro não exclui ou diminui, em nenhum caso, as obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA**, assumidas em razão do **CONTRATO** ou por força de lei, ficando a **CONTRATADA** plenamente responsável por quaisquer perdas e danos não cobertos por seguro.

CLÁUSULA XVI - GARANTIA DE FIEL CUMPRIMENTO

1. Até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** fará a entrega, ao **CECS**, de uma Garantia de Fiel Cumprimento de todas as obrigações contratuais, contemplando o ressarcimento de quaisquer prejuízos que vierem a ser causados ao **CECS**, inclusive multas ou quaisquer penalidades incidentes sobre o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, garantia esta no valor de 5% (cinco por cento) do valor global do **CONTRATO**, estabelecido na CLÁUSULA VI, deste **CONTRATO**.

2. Sempre que a Garantia prevista nesta CLÁUSULA não representar 5% (cinco por cento) do valor global do **CONTRATO** ou tornar-se insatisfatória por perda de liquidez ou credibilidade, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, substituir ou complementar a mesma inicialmente apresentada, de modo a manter inalterada a relação percentual supramencionada.



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

CLÁUSULA XVII – CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir total ou parcialmente este **CONTRATO**, ou ainda subcontratar, no todo ou em parte, o seu objeto, nem comprometer a título de garantia a terceiros, seus créditos junto o **CECS**, sob pena de rescisão e aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA XVIII – FISCALIZAÇÃO

A **CONTRATANTE** exercerá ampla fiscalização sobre os serviços contratados, através de seus representantes devidamente credenciados aos quais a **CONTRATADA** deverá facilitar o desempenho de suas funções.

CLÁUSULA XIX – NOVAÇÃO

A não utilização por parte do **CECS**, de quaisquer direitos a ele assegurados neste **CONTRATO** ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do **CECS** neste **CONTRATO** serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA XX - DISPUTAS E AÇÃO LEGAL

Quaisquer disputas, controvérsias ou dificuldades de qualquer espécie que surjam entre a **CONTRATADA** e o **CECS**, resultante de ou relativas ao **CONTRATO**, ou relacionadas de qualquer modo com a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, tanto anterior quanto posteriormente à sua conclusão, quer seja antes ou depois de qualquer dano, abandono, infração ou rescisão do **CONTRATO**, e que não possam ser solucionados por acordo mútuo, serão resolvidas judicialmente, cabendo a iniciativa da medida judicial a qualquer uma das partes.

CLÁUSULA XXI - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das responsabilidades constantes nas demais CLÁUSULAS deste **CONTRATO**, constituem também obrigações da **CONTRATADA**:

1. Cumprir e fazer cumprir, por si, seus profissionais, prepostos e subcontratados, todas as CLÁUSULAS e condições estabelecidas nos **DOCUMENTOS DE CONTRATO**, em rigorosa observância aos demais detalhes e comunicações expressas, emanados do **CECS**, ou por este aprovado, bem como as disposições legais ou regulamentares, e executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução deste **CONTRATO**;
2. Ter pleno conhecimento de todos os **DOCUMENTOS DE CONTRATO**, bem como das condições de realização dos serviços. A falta de conhecimento, por parte da **CONTRATADA**, destas condições e de outras



CONSÓRCIO ENERGÉTICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

dela decorrentes, vinculadas direta ou indiretamente à execução dos serviços, mesmo que não explicitamente citadas, não será considerada razão válida para reclamações ou reivindicações posteriores de qualquer espécie;

3. Manter sempre disponível, durante a vigência do **CONTRATO**, as informações relativas aos trabalhos executados e entregá-las quando solicitadas pelo **CECS**, de forma eficiente e diligente, de acordo com os padrões técnicos aplicáveis, em observância as condições estabelecidas e segundo procedimentos técnicos adequados, bem como a documentação que comprova o recolhimento dos encargos sociais trabalhistas e previdenciários;

4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **CECS** ou a terceiros, quando devidamente caracterizada sua responsabilidade, em decorrência das atividades relativas ao objeto deste **CONTRATO**, indenizando-os. A eventual fiscalização ou o acompanhamento dos serviços, por parte do **CECS**, previstos nos **DOCUMENTOS DE CONTRATO**, não exclui ou reduz esta responsabilidade;

5. Acatar e respeitar as recomendações do **CECS** no tocante à disciplina, segurança e interferência com trabalhos simultâneos realizados por esta ou por terceiros, sendo que o acesso do pessoal da **CONTRATADA**, às áreas de segurança do **CECS**, deverá ser previamente aprovado;

6. Responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer serviços e fornecimentos que venham a ser realizados, bem como de quaisquer compras ou aquisições feitas de terceiros para o cumprimento do **CONTRATO**, ficando o **CECS** integralmente isento de qualquer compromisso assumido pela **CONTRATADA** com terceiros;

7. Responder por multas ou penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares ou ambientais, salvo se decorrerem de processo administrativo ou pleito judicial relativo a ato cuja prática tenha sido determinada pelo **CECS**, e desde que obedecidas fielmente às instruções deste;

8. Comparecer em juízo nas ações trabalhistas ajuizadas por seus profissionais alocados a este **CONTRATO**, defendendo-se judicialmente, reconhecendo e provando perante a Justiça do Trabalho sua condição de empregadora, arcando inclusive, com todas as custas e demais ônus decorrentes de uma eventual condenação;

9. A **CONTRATADA** responderá perante o **CECS** pela adequada execução dos serviços contratuais, nos termos do Código Civil Brasileiro;

10. A **CONTRATADA** deverá permitir a qualquer tempo, que o **CECS**, realize fiscalizações a seu critério, durante a execução dos serviços, com a finalidade de verificar o perfeito atendimento aos **DOCUMENTOS DE CONTRATOS** e requisitos exigidos;

11. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias sociais, fiscais e trabalhistas e de suas subcontratadas, se houver. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do seu não recolhimento, fica o **CECS** desde então autorizado a suspender os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação e de suas subcontratadas se houver;

12. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o **CECS** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA** ou com suas subcontratadas,



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

empregadora na forma do disposto no art. 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

13. Fica expressamente acordado que se o **CECS** for advertido, intimado, citado, autuado, notificado ou condenado em razão de deixar a **CONTRATADA** de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste **CONTRATO**, ou no caso do **CECS** já estar respondendo a processo judicial vinculado a outro(s) **CONTRATO**(s) celebrado(s) com a **CONTRATADA**, mesmo que tal(ais) **CONTRATO**(s) já esteja(m) encerrado(s), o **CECS** poderá reter dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

14. A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante a execução do presente **CONTRATO** todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na correspondente licitação que o originou, inclusive para fins de recebimentos dos pagamentos junto ao **CECS**.

15. A **CONTRATADA** deverá manter-se plenamente informada e deverá por todo o tempo observar e cumprir a lei, qualquer que seja a forma sob a qual esta afete seus empregados, métodos ou operações usadas para a execução dos serviços e todas as ordens e instrumentos de organismos e tribunais com jurisdição ou autoridade sobre ela. Se forem descobertas nos Documentos de **CONTRATO** quaisquer discrepâncias ou inconsistências relativas à lei ou a qualquer ordem ou instrumento, a **CONTRATADA** deverá imediatamente reportá-las, por escrito, ao **CECS**.

CLÁUSULA XXII - OBRIGAÇÕES DO CECS

Além das demais obrigações assumidas sob este **CONTRATO** caberão também ao **CECS**:

1. Fornecer, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos;
2. Manter entendimentos sobre serviços com a **CONTRATADA**, através de reuniões periódicas a serem definidas entre as partes;
3. Efetuar os pagamentos, em conformidade com a CLÁUSULA IX – PAGAMENTOS e fiscalizar a execução dos serviços, a seu critério;
4. Disponibilizar todas as informações que se fizerem necessárias para a realização dos serviços contratados, informações estas que serão utilizadas pela **CONTRATADA** com a finalidade exclusiva de cumprir o escopo do presente **CONTRATO**.

CLÁUSULA XXIII - RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As partes contratantes se comprometem a:

1. Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como a implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações



CONSÓRCIO ENERGÉTICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

expressas no compromisso pelo combate à escravidão, promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por meio da Portaria 540, de 15.10.2004, disponível em <http://www.mte.gov.br>;

2. Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

3. Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;

4. Proteger e preservar o meio ambiente, bem como, buscar prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

CLÁUSULA XXIV - CARÁTER CONFIDENCIAL DOS SERVIÇOS

1. Todos os dados ou detalhes dos serviços a serem prestados que a **CONTRATADA** venha a conhecer ou obter no decorrer da execução das atividades contratuais, não poderão, de forma alguma, ser entregues à publicidade ou ao conhecimento de terceiros, sem autorização expressa e por escrito do **CECS**.

2. A quebra do sigilo, devidamente comprovada, sem autorização expressa do **CECS**, possibilitará a imediata rescisão do **CONTRATO**, sem qualquer ônus para o **CECS**. Neste caso a **CONTRATADA** estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CECS**, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidade civil e criminais respectivas as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

CLÁUSULA XXV - RESCISÃO DE CONTRATO

1. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e condições estabelecidas no item 10.4 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da consorciada COPEL GeT.

2. Caso ocorra a rescisão do **CONTRATO**, por qualquer dos casos previstos, o **CECS** pagará à **CONTRATADA** apenas os valores dos serviços executados e aceitos até a data da rescisão, ressalvando-se o direito de o **CECS** deduzir valores decorrentes de multas e/ou prejuízos acarretados pela **CONTRATADA**

CLÁUSULA XXVI - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS e a **CONTRATADA** comprometem-se a cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD”), Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (“Marco Civil da Internet”), Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (“Código de Defesa do Consumidor”), Lei Complementar nº 166, de 08 de



CONSORCIO ENERGETICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

abril de 2019 ("Lei do Cadastro Positivo"), Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à Informação") e Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 ("Decreto Comércio Eletrônico"), conforme aplicável;

§1º Além destas obrigações, a **CONTRATADA** também deverá:

- a) Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS;
- b) Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;
- c) Garantir que qualquer atividade realizada que utilize Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração ("Tratamento") resultante do objeto do presente Contrato, bem como o uso e marketing de tais dados, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com as políticas de Privacidade das consorciadas, COPEL e Eletrobras CGT Eletrosul e com a Política LGPD, conforme disposto em seus sites, as quais poderão ser atualizadas a qualquer tempo, visando conformidade com a legislação brasileira e internacional de proteção de dados pessoais;
- d) Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;
- e) Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais;
- f) Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente Contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;
- g) Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;
- h) A CONTRATADA não poderá subcontratar nenhuma das suas atividades de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do presente Contrato, sem o prévio e expresso consentimento do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS. Havendo subcontratação, a CONTRATADA deverá celebrar contrato por escrito com a SUBCONTRATADA contendo as mesmas obrigações no que se refere à Proteção de Dados Pessoais dispostas no presente Contrato. Em caso de descumprimento pela SUBCONTRATADA das obrigações em matéria de Proteção de Dados Pessoais que lhe incumbem nos termos do referido contrato por escrito, a CONTRATADA continua a ser plenamente responsável perante o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, pelo cumprimento destas obrigações;
- i) Comunicar ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas em caso de incidentes e/ou vazamentos envolvendo dados resultantes do tratamento de Dados Pessoais obtidos para a execução do presente Contrato.

§2º O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS e a CONTRATADA desde já pactuam que o descumprimento por uma das Partes, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas das consorciadas ou das provisões contidas nesta cláusula gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s) e suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de e contra todas as responsabilidades, perdas, os danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das Partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste Contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações desta Cláusula.



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

2. Para a definição da multa a ser aplicada, conforme previsão na Cláusula de Sanções Administrativas, serão consideradas em processo administrativo próprio as hipóteses de agravamento e diminuição da penalidade, tais como, mas não somente, extensão dos danos, gravidade da infração cometida, existência de política de proteção e preservação de dados pela parte culpada, ações que visaram diminuir a extensão dos danos, reincidência na prática lesiva e porte da empresa, entre outros.

CLÁUSULA XXVII - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste **CONTRATO**, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente **CONTRATO**, de forma eletrônica/digital, na presença das testemunhas que também assinam.

Fica acordado entre as partes que a data de assinatura deste CONTRATO é a mesma da última assinatura eletrônica/digital efetuada.

Pela CONTRATADA:

Pelo CECS:



(assinatura digital)
Luiz Fernando Prates de Oliveira
Superintendente Geral
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

(assinatura digital)
Luiz Carlos Bubiniak
Superintendente Administrativo Financeiro
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF:



CONSÓRCIO ENERGÉTICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE (RE)CERTIFICAÇÃO DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS DA USINA HIDRELÉTRICA GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR – UHE GJC

1. OBJETO

Contratação do serviço de Certificação de Georreferenciamento de propriedades, com área igual ou maior que 100 ha (cem hectares), que foram objeto de desapropriação, total ou parcial, para implantação da Usina Hidrelétrica Jaime Canet Jr - UHE GJC, sob concessão das consorciadas que formam o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, com necessidade atual de (re)certificação do georreferenciamento, junto ao INCRA, para fins de viabilização dos próximos serviços de regularização fundiária.

2. SERVIÇOS INICIAIS

2.1 PLANO DE TRABALHO

- a) A CONTRATADA deverá elaborar plano de trabalho, com detalhamento dos serviços, cronograma, marcos, equipes, formatação de produtos, metodologias que se pretende aplicar, pauta de valores, modelos de termos, modelos de formulários e outros, que deverão ser submetidos à apreciação da CONTRATANTE.
- b) Os serviços, somente, poderão ser iniciados com o plano de trabalho aprovado pela CONTRATANTE.

2.2. ORDENS DE SERVIÇO

- a) Para cada solicitação de serviço a CONTRATANTE emitirá uma ordem de serviço própria;
- b) Serão informados, nas ordens de serviço: o local dos serviços, os prazos, as atividades e as quantidades previstas, bem como os preços unitários, conforme previsto em CONTRATO, o valor total correspondente e outras informações pertinentes aos serviços.
- c) Ainda que o contrato preveja uma quantidade determinada de atividades, a CONTRATANTE disponibilizará ordens de serviço ao seu critério e prioridade se reservando do direito de não liberar novos trabalhos caso o anterior não seja concluído.
- d) Caso a CONTRATADA verifique condições documentais diversas das previstas na ordem de serviço, deverá comunicar tal situação imediatamente à Gestão do Contrato.
- e) Após a emissão de cada Ordem de Serviço a CONTRATADA deverá revisar, com a Gestão do Contrato, o planejamento de execução das atividades para o caso específico.

3. BASE DOCUMENTAL

3.1 A CONTRATADA deverá utilizar, como principal base, o Diagnóstico Fundiário, conforme modelo, que compõe um relatório elaborado por empresa terceirizada, contendo a situação atual de todos os casos de desapropriação, no âmbito do empreendimento.

3.2 Além do Relatório do Diagnóstico Fundiário, os arquivos digitais e físicos contêm a base documental a ser utilizada para o andamento dos trabalhos. Os serviços poderão ser prestados fora das dependências do CECS, mas as consultas aos documentos originais devem ser realizadas no escritório situado à Rua Comendador Araújo, 143, 19º andar, Curitiba-PR e, esporadicamente, pode-se necessitar realizar alguma diligência presencial nos órgãos públicos responsáveis pelos trâmites de regularização fundiária, como Prefeituras e cartórios, situados nas cidades de Ortigueira e Telêmaco Borba-PR, além de unidades regionais da Secretaria da Receita Federal, escritórios regionais do INCRA e correlatos, no Paraná.



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

3.3 A certificação do georreferenciamento, no Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, deverá obedecer às determinações da Lei 10.267/2001, com modificações posteriores até o Decreto 9.311/2018, bem como as peças técnicas deverão estar de acordo com a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais do INCRA (NTGIR – 2ª Edição).

4. LISTA DO UNIVERSO DO TRABALHO

ITEM	CÓDIGO	NOME DO DESAPROPRIADO	AREA TOTAL (HA) MATRÍCULA	MATRÍCULA CRI ORTIGUEIRA
1	ME 01B	Nome ocultado em função da LGPD	116,4126	590
2	ME 01C	Nome ocultado em função da LGPD	129,5053	6759
3	ME 014	Nome ocultado em função da LGPD	148,4122	2862
4	ME 017/033	Nome ocultado em função da LGPD	954,4994	6075
5	ME 041	Nome ocultado em função da LGPD	162,9607	8471
6	ME 056	Nome ocultado em função da LGPD	128,2712	2413
7	ME 056	Nome ocultado em função da LGPD	124,6300	5175
8	ME 58A	Nome ocultado em função da LGPD	171,8211	8125
9	ME 087	Nome ocultado em função da LGPD	123,3698	901
10	ME 089	Nome ocultado em função da LGPD	131,2501	5121
11	ME 097	Nome ocultado em função da LGPD	118,1829	POSSE
12	ME 151	Nome ocultado em função da LGPD	103,8968	POSSE
13	ME 159	Nome ocultado em função da LGPD	109,5549	8043
14	ME 159	Nome ocultado em função da LGPD	275,8813	7811

5. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS

1. Conferir as peças técnicas em relação à necessidade atual: verificar se as descrições apresentadas nos memoriais descritivos estão de acordo com os dados vetoriais das plantas, escrituras e matrículas, conforme exigência do INCRA;
2. Utilizar o material suporte disponível e converter peças técnicas de SAD69 para SIRGAS 2000;
3. Certificar o georreferenciamento das matrículas imobiliárias por meio do SIGEF, no INCRA;
4. Caso a matrícula já possua o georreferenciamento certificado, efetuar os procedimentos para cancelamento conjugado com recertificação simultânea, contando com o apoio do CECS para intermediação dos contatos com os proprietários para obtenção de autorizações de cancelamento;
5. Havendo necessidade de novo levantamento em campo, efetuá-lo;
6. Elaborar requerimento para retificação da matrícula no Cartório de Registro de Imóveis – CRI correspondente e retificar as peças técnicas conforme exigência cartorial, se for o caso.

6. ENTREGA DE PRODUTOS

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar os seguintes produtos:

1. As peças técnicas deverão ser entregues contendo:
 - a. Mapas e memoriais impressos em papel A4, e assinados pelo profissional com ART;
 - b. Arquivos na projeção UTM (SIRGAS 2000), em escala adequada para certificação no SIGEF-INCRA, no formato ABNT, padrões DGN, DWG e "shape file", com respectivas tabelas de atributos e imagem KML;



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

- c. Plantas (de área total e/ou individuais das frações de área, conforme a necessidade) elaboradas de acordo com a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais 3ª Edição, regida pela Lei 10.267/01;
 - d. Relatório técnico detalhando metodologia, objetivo, período de execução, localização, datum, marco geodésico de referência utilizado, precisões obtidas, relação de equipamentos utilizados (marca, modelo, tipo) equipe técnica, relatórios técnicos emitidos pelos programas de computador utilizados nos cálculos de correção diferencial. Enfim, todo material de rastreamento (arquivos Rinex) exigido pelo INCRA como suporte técnico para a certificação, mesmo não fazendo parte dos anexados ao processo no sistema SIGEF;
 - e. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional.
 - f. Todas as propriedades deverão possuir um processo eletrônico individualizado (pasta de arquivos), contendo toda a documentação pertinente à instituição da desapropriação, servidão, dentre outras situações pendentes da regularização fundiária ou que se verifique futuramente. Também deverá conter toda a documentação relativa ao desenvolvimento dos serviços executados, registrando correspondências, relatórios de visita, se for o caso, formulários específicos, histórico da situação fundiária e demais fatos atinentes a cada propriedade.
 - g. Os arquivos de natureza predominantemente intelectual como relatórios, planilhas, mapas e plantas deverão possuir nomenclatura e códigos específicos e organizados, cuja formatação será informada pela CONTRATANTE em momento oportuno, e que em toda entrega deverá haver folha resumo digital e em papel assinado. Esta folha resumo terá função também de protocolo de entrega e seu modelo será apresentado pela CONTRATANTE.
- 6.2.** Os produtos previstos nos diversos itens desta especificação técnica deverão ser entregues em formato de certidão digital, ou na falta desta o físico original, na ordem e formato solicitado.
- 6.3.** A formatação, a organização, as configurações, as convenções e demais características dos produtos deverão atender às necessidades da CONTRATANTE e serão definidas por ocasião do início da execução do objeto do CONTRATO, devendo ser contempladas no plano de trabalho, sem prejuízo de revisões posteriores e a critério da CONTRATANTE.
- 6.4.** Havendo necessidade de elaborar material cartográfico (peças técnicas), o referencial geodésico a ser utilizado para a, eventual, realocação de vértices será fornecido pela CONTRATANTE, através de monografias de marcos geodésicos mais próximos da área em questão e, caso estes marcos não sejam passíveis de utilização, a CONTRATADA deverá realizar o transporte de coordenadas a partir de marcos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. A metodologia a ser utilizada para o transporte de coordenadas deverá ser o Posicionamento Geodésico por Satélites, GNSS com utilização de receptores compatíveis com as frequências L1 e L2. As coordenadas planimétricas serão amarradas ao Sistema Geodésico Brasileiro, determinadas no sistema de projeção UTM, com datum SIRGAS 2000. A realocação dos marcos será executada com base no referencial geodésico transportado, utilizando-se para tal a metodologia por Estação Total ou pelo Sistema de RTK.

7. MEDIÇÃO E PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS

As medições e os pagamentos serão realizados de forma individual para cada um dos itens do escopo – serviço por demanda com os valores correspondentes à proposta vencedora da licitação cuja discriminação deverá obedecer ao formato e descrições a seguir:



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Conferência das peças técnicas existentes			
Conversão de SAD 69 para SIRGAS 2000			
Certificação original no SIGEF - INCRA			
Cancelamento de certificação existente com recertificação simultânea			
Elaboração de Requerimento para Retificação da Matrícula e atendimento de exigência técnica			
Realização de serviço topográfico, se necessário.			
TOTAL GERAL DA PROPOSTA			

A CONTRATADA será remunerada por medição conforme o volume de serviço relatado ao final de cada mês e conferido até o dia 10 do mês subsequente:

- O período de cada medição dos serviços executados e/ou fornecimentos efetuados, com exceção da medição final, terá como referência o dia da emissão da Ordem de Serviço e o último dia de cada mês com execução passiva de faturamento;
- Os serviços executados e/ou fornecimentos efetuados serão medidos por meio de relatório mensal vinculados às Ordens de Serviço – OSs.

8. PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS

Os serviços, objeto desse termo de referência, terão o valor global por demanda a serem definidos no Edital de Licitação.

9. DESPESAS DOS SERVIÇOS CARTORIAIS

- 9.1.** O pagamento das despesas definidas na legislação vigente como taxas, certidões, escrituras, registros, impostos, etc. são de responsabilidade da CONTRATANTE;
- 9.2.** A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os recibos ou Ordens de Serviço, para que esta última faça os pagamentos diretamente ao prestador, sendo:
 - 1- O recibo original fornecido pelo cartório e em nome da CONTRATANTE;
 - 2- O recibo deverá conter o endereço completo, nome do Titular e CPF ou CNPJ do cartório, o código da área a que se refere o trabalho, matrícula imobiliária e serviço realizado.

10. REQUISITOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. PROFISSIONAIS

A CONTRATADA deverá dispor de profissional com nível superior de formação em Geografia ou Engenharia (Cartográfica ou Agrimensura), com registro no CREA, experiência em manipulação da plataforma ESRI (ArcGis Desktop e Server) em ambiente corporativo de geoprocessamento, arquivos CAD e Geodatabase, informática com ênfase no pacote Office, lei 10.267/01 e a 3ª Edição da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, o Manual Técnico de Posicionamento e o Manual Técnico de Limites e Confrontações, SIGEF, guias de CCIR, ITR, ITBI, DRL (Declarações de Reconhecimento de Limite), CAR e experiência em acompanhamento de processos de regularização fundiária; para ser o responsável técnico a realizar os requerimentos das certificações dos imóveis rurais no Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF. Deverá realizar as adequações de peças técnicas, atendendo às exigências do SIGEF, possíveis com base nos arquivos e documentos cartográficos disponíveis elaborados pelas prestadoras de serviços anteriores. A CONTRATADA deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com recolhimento da respectiva taxa, emitida por profissional habilitado, conforme legislação vigente no CREA.



CONSÓRCIO ENERGÉTICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

11. VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

A contratação terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de assinatura do contrato, com prorrogação possível nos limites legais.

O prazo de execução dos serviços é de 15 (quinze) meses, contados a partir da assinatura do **CONTRATO**

12. GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será exercida pela Superintendência Técnica do CECS.



CONSORCIO ENERGETICO
CRUZEIRO DO SUL
GOVERNADOR JAYME CANET JUNIOR



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

“MODELO DE DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO”

ITEM	DIAGNÓSTICO	
		SITUAÇÃO
DESAPROPRIADO:	[REDACTED]	OK
ÁREA ATINGIDA (ha):	21,0698ha Matrícula 340 + 85,3295ha Matrícula 590 = 106,3993ha	OK
ÁREA ADQUIRIDA (ha):	26,2086ha registrados na Matrícula 340 + 54,0870ha registrados na Matrícula 590 = 80,2956ha	pendente
ATINGIMENTO	Parcial	OK
diferença de ÁREA (ha):	0	OK
ÁREA REM. CECS (ha):	Matrícula 340 = 34,3209ha	pendente
ÁREA REM. ATINGIDO:	Não regularizado	pendente
PROCESSO:	Amigável/judicial (inventário)	OK
VALOR:	R\$ 516.820,45 (+ R\$ 525.337,85 referente a acordo com pagamento de valor complementar)	OK
ESCRITURA(S):	03/12/07	OK
MATRÍCULA:	340, 590	pendente
TITULARIDADE:	CECS	OK
ÔNUS REAIS:	cancelamento de indisponibilidade de bens em 21/08/2020	OK
MAPA(S):	01 via físico assinado e arquivado + 01 via digitalizada s/assinatura	OK
MEMORIAL(AIS):	01 via físico assinado e arquivado + 01 via digitalizada s/assinatura	OK
ESCRITURA(S):	arquivadas - digitalizada	OK
GEORREFERENCIAMENTO:	realizado levantamento georreferenciado	pendente
RECEITA FEDERAL - NIRF:	[REDACTED]	pendente
RECEITA FEDERAL - ITR:	referente a Intimação fiscal 09104/00004/2020	pendente
RECEITA FEDERAL - ITR:	Declarado 2020	retificar
INCRA - CCIR:	[REDACTED]	pendente
IAT - CAR:	[REDACTED]	Margem esq.
IAT - R.L. ÁREA ATINGIDA:	Judicializado - CECS x IAP	em andamento
IAT - R.L. ÁREA REMANESCENTE:	Não está especificado em escritura a obrigação para averbação de Reserva Legal de área remanescente.	OK
IBAMA - ADA:	Declaração do ADA (Ato Declaratório Ambiental)	pendente

	PLANO DE REGULARIZAÇÃO	Regularização Administrativa e judicial
PROCESSO:	Autos do inventário 485/2024 da 9ª Vara Cível de Londrina	
PROCESSO (área adquirida):	Aguardar conclusão do inventário. Registrar a desapropriação do herdeiro Paulo Sérgio Prestes da Silva Ferreira. Os valores referente a indenização do Paulo Sérgio, foram depositados a disposição do juízo no processo do inventário do Sr. Daniel Ferreira.	
ESCRITURA(S):	Re-ratificar as escrituras com valores e áreas corretas	
GEORREFERENCIAMENTO:	Certificar no INCRA	
MATRÍCULA:	Averbar georreferenciamento nas matrículas.	
ESCRITURA(S):	Lavrar escritura de divisão amigável	
ITR:	Retificar áreas e valores	



CONTRATO CECS Nº 0016/2022

CCIR:	<i>regularizar junto ao INCRA</i>
CAR:	<i>A Declaração do Cadastro Ambiental Rural foi feita em 05/05/2016, para toda a margem esquerda atingida pelo empreendimento. Não consta na declaração o total de APP e Área alagada. Retificar a declaração ou abrir uma nova declaração individual.</i>
IBAMA:	<i>Declarar ADA</i>
LEVANTAMENTO ENGEMAP:	

ÁREAS (hectare)				
MATRÍCULA	TOTAL	MATRÍCULA	ATINGIDA	REMANESCENTE
340	150,7335	34,3209	21,0698	13,2511
590		116,4126	85,3295	31,0831
			106,3993	44,3342



ePROTOCOLO



Documento: **CONTRATOCECS0016_2022ASSINADO.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Luiz Fernando Prates de Oliveira** em 14/12/2022 12:31, **Luiz Carlos Bubiniak** em 14/12/2022 14:34.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Joao Carlos Leniar** em 13/12/2022 20:34.

Assinatura Avançada realizada por: **Gerson de Paula Lopes (XXX.665.589-XX)** em 14/12/2022 09:00 Local: CECS/LC.

Inserido ao protocolo **19.353.918-1** por: **Gerson de Paula Lopes** em: 14/12/2022 09:00.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

f934933eba7f6e34ae209e578e30012.